



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

CNPJ: 19.650.094//0001-72

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores cotistas, a Administração da Central Geradora Fotovoltaica Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Empresa, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 4 de junho de 2025.

Diretoria executiva

Francisco Scroffa

Administrador

Cargo

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.450	2.009
Recebíveis de arrendamento	4	11.652	15.277
Contas a receber	5	4.839	3.989
Outros tributos compensáveis		939	314
Adiantamento a fornecedores	6	-	54.085
Outros créditos	7	6.714	4.477
Total do ativo circulante		32.594	80.151
<u>Ativo não circulante</u>			
Recebíveis de arrendamento	4	172.873	130.870
Imobilizado	8	315.831	337.440
Total do ativo não circulante		488.704	468.310
Total do ativo		521.298	548.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	75.669	193.071
Obrigações por arrendamentos	4	231	427
Imposto de renda e contribuição social a pagar		765	493
Outras obrigações fiscais		6.144	2.382
Outras obrigações		-	50
Total do passivo circulante		82.809	196.423
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos	4	13.853	14.607
Provisão para desmantelamento	10	1.724	1.625
Total do passivo não circulante		15.577	16.232
<u>Patrimônio líquido</u>	12		
Capital social		328.129	260.493
Reserva de lucros		93.851	74.381
Outros resultados abrangentes		932	932
Total do patrimônio líquido		422.912	335.806
Total do passivo		521.298	548.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por cota)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	13	56.935	4.152
Custo	14	(36.497)	(12.194)
Lucro bruto (prejuízo)		20.438	(8.042)
Receitas (despesas) operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(1.150)	(1.071)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(6.129)	(448)
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.730)	3
Total receitas (despesas) operacionais		(11.009)	(1.516)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		9.429	(9.558)
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		15.616	11.738
Despesas financeiras		(2.696)	(1.236)
Variações cambiais líquidas		-	10
Total do resultado financeiro		12.920	10.512
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.349	954
Imposto de renda e contribuição social	16		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.879)	(1.568)
Total dos tributos sobre o lucro		(2.879)	(1.568)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		19.470	(614)
Lucro líquido (prejuízo) por quota em R\$ - básico e diluído	12	0,0616	(0,0023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.470	(614)
Total dos resultados abrangentes do exercício	19.470	(614)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros				Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	268.129	(95.834)	4.189	70.806	-	932	248.222
<u>Resultado abrangente total:</u>							
Prejuízo exercício	-	-	-	-	(614)	-	(614)
<u>Transações com os cotistas</u>							
Integralização de capital	-	88.198	-	-	-	-	88.198
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(614)	614	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268.129	(7.636)	4.189	70.192	-	932	335.806
<u>Resultado abrangente total:</u>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.470	-	19.470
<u>Transações com os cotistas</u>							
Aumento de capital	117.000	(57.000)	-	-	-	-	60.000
Integralização de capital	-	7.636	-	-	-	-	7.636
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Reserva legal	-	-	974	-	(974)	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	18.496	(18.496)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	385.129	(57.000)	5.163	88.688	-	932	422.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.470	(614)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	2.993	1.524
Atualização financeira desmantelamento	99	117
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	692	448
Juros sobre obrigações de arrendamento	2.287	977
Baixa de ativo imobilizado	27.713	6.771
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Recebíveis de arrendamento	(39.044)	(4.186)
Contas a receber	(876)	(276)
Outros tributos compensáveis	(625)	(200)
Adiantamento a fornecedores	54.085	(49.135)
Outros créditos	(2.237)	(4.101)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(117.402)	177.599
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.045	571
Outras obrigações fiscais	3.762	1.397
Outras obrigações	(50)	(1)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(2.208)	(886)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.773)	(470)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(51.069)	129.535
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(10.006)	(217.517)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(10.006)	(217.517)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Aumento de capital	60.000	-
Integralização de capital	7.636	88.198
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(120)	(473)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	67.516	87.725
Variação no caixa líquido	6.441	(257)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.009	2.266
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.450	2.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

1. Contexto operacional

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. ("CGFSF" ou "Empresa") é uma sociedade empresarial limitada de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, é controlada diretamente pela Enel X Brasil S.A.. Tem como objeto social atividades de locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica de origem solar, eficiência energética, infraestrutura elétrica e outros, bem como as atividades de operação e manutenção desses ativos.

A Empresa foca sua atuação na seguinte linha de negócio e produto:

- E-Industries (clientes corporativos e institucionais): principalmente focada em geração distribuída com autoconsumo remoto, focada no cliente preocupado com a sustentabilidade e com políticas ambientais não intensivas em energia através de aluguel de painéis solares ligados no sistema elétrico.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Empresa aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Empresa na sua gestão.

A administração da Empresa autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de junho de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A empresa avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizada pela Empresa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Empresa está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Empresa, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Empresa adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 4 e 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 8 – Imobilizado;

Nota 10 – Provisão para desmantelamento;

Nota 11 – Provisões para processos judiciais;

Nota 18 – Instrumentos Financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	5.327	407
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	608	-
Operações compromissadas	2.515	1.602
Total	8.450	2.009

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por compromissadas, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados, em média, a 75,00% e 80,00% do CDI, respectivamente (operações compromissadas foram remuneradas, em média, 80,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Empresa são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 18).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Empresa possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Arrendamentos

4.1. A Empresa como arrendadora

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Quando a Empresa atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro, caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

4.1.1. Arrendamento financeiro

A Empresa celebrou contratos de arrendamento financeiro na qualidade de arrendador de acordo com a definição do pronunciamento técnico CPC 06 (R2), para determinadas plantas de geração de energia. O prazo médio destes arrendamentos financeiros celebrados é de 18 anos.

Na data de início dos contratos a Empresa reconheceu como receita o valor presente dos recebimentos de arrendamento, descontado, utilizando a taxa de juros de mercado, representando o valor justo dos ativos subjacentes, e como custo o valor contábil dos ativos subjacentes menos o valor presente do valor residual não garantido. Os contratos de arrendamento estão relacionados aos parques fotovoltaicos de energia solar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

	31.12.2024	31.12.2023	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes (*)	Tipo de amortização	Taxa de desconto
<u>Recebíveis de arrendamento financeiro</u>						
Arrendamento de painéis solares	188.076	149.444	07.04.2050	204	Mensal	de 0,59% a.m. até 0,93% a.m.
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(3.551)	(3.297)				
Total	184.525	146.147				

(*) A Empresa tem 11 contratos de arrendamento de painéis solares, com prazos de 75 a 308 meses, perfazendo uma média ponderada de 204 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A curva de amortização dos recebíveis de arrendamentos do ativo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.12.2024		
	Principal	Juros	Total
Recebíveis de arrendamento financeiro			
Até um ano - 2025	11.742	(90)	11.652
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	52.844	(396)	52.448
Até 2 anos - 2026	11.654	(87)	11.567
Até 3 anos - 2027	12.550	(94)	12.456
Até 4 anos - 2028	13.631	(102)	13.529
Até 5 anos - 2029	15.009	(113)	14.896
2029 em diante	121.350	(925)	120.425
Total	185.936	(1.411)	184.525

A seguir é demonstrada a movimentação dos recebíveis de arrendamento:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.759	131.238	141.997
Adição	12.339	-	12.339
Reclassificação para contas a receber	(8.149)	-	(8.149)
Provisão para perdas	(24)	(16)	(40)
Transferência	352	(352)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.277	130.870	146.147
Adição	3.295	43.243	46.538
Atualização	15.302	-	15.302
Reclassificação para contas a receber	(17.380)	-	(17.380)
Remensuração	21	-	21
Provisão para perdas	(67)	(600)	(667)
Perda de recebíveis (*)	(5.436)	-	(5.436)
Transferência	640	(640)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.652	172.873	184.525

(*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram mudanças nas condições de mercado que deterioraram a qualidade dos recebíveis de arrendamento em 2024, dessa forma, a Companhia efetuou a baixa dos recebíveis.

4.1.2. Arrendamento operacional

A Empresa celebrou contratos classificados como arrendamento operacional de acordo com a definição do pronunciamento técnico CPC 06 (R2), pois não houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente, para determinadas plantas de geração de energia. O prazo médio destes arrendamentos operacionais é de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresenta o montante de R\$ 3.886 (R\$ 2.175 em 31 de dezembro de 2023), como contas a receber, referente as mensalidades de aluguel, relacionais aos contratos de arrendamento operacional – vide nota explicativa nº 5.

Os vencimentos futuros dos arrendamentos operacionais, conforme estabelecidos nos contratos firmados com os clientes, estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Recebíveis de arrendamento operacional

Até um ano - 2025	33.009
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	158.701
Até 2 anos - 2026	37.854
Até 3 anos - 2027	39.098
Até 4 anos - 2028	40.312
Até 5 anos - 2029	41.437
2029 em diante	209.952
Total	401.662

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Empresa determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses – ECL*") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default – PD*") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default – LGD*"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Empresa e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	PECLD
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.849)
Provisões	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.297)
Provisões	(666)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.551)

4.2. A Empresa como arrendatária

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Empresa na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a empresa tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques fotovoltaicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

	31.12.2024	31.12.2023	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Taxa de desconto
<u>Obrigações de arrendamento</u>						
Terrenos	14.084	15.034	31.12.2052	305	Mensal	de 11,83% a.a até 18,43% a.a
Total	14.084	15.034				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.12.2024		
	Principal	Juros	Total
Obrigações de arrendamento financeiro			
Até um ano - 2025	2.088	(1.857)	231
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	8.178	(7.838)	340
Até 2 anos - 2026	2.088	(2.018)	70
Até 3 anos - 2027	2.088	(2.007)	81
Até 4 anos - 2028	1.914	(1.830)	84
Até 5 anos - 2029	2.088	(1.983)	105
2029 em diante	43.210	(29.697)	13.513
Total	53.476	(39.392)	14.084

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Adições	-	15.319	15.319
Remensuração	-	97	97
Pagamentos - principal	(473)	-	(473)
Pagamentos - juros	(886)	-	(886)
Transferências	809	(809)	-
Encargos provisionados	977	-	977
Saldo em 31 de dezembro de 2023	427	14.607	15.034
Adições	-	5.460	5.460
Remensuração	-	(6.369)	(6.369)
Pagamentos - principal	(120)	-	(120)
Pagamentos - juros	(2.208)	-	(2.208)
Transferências	(155)	155	-
Encargos provisionados	2.287	-	2.287
Saldo em 31 de dezembro de 2024	231	13.853	14.084

A movimentação de remensuração foi proveniente de atualização dos valores de pagamentos futuros, estabelecidos em cláusulas contratuais e/ou alterações nos fluxos de pagamentos futuros, decorrentes de atualização monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo relacionado as atividades de operação, manutenção e aluguéis dos projetos de geração distribuída, conforme demonstrado a seguir:

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2024
			até 60 dias	mais de 360 dias			
Prestação de serviços		797	69	510	1.376	(423)	953
Aluguel - arrendamento operacional	4.1.2	3.901	-	-	3.901	(15)	3.886
Total		4.698	69	510	5.277	(438)	4.839

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2023
			de 61 a 90 dias	de 181 a 360 dias			
Prestação de serviços		1.569	-	657	2.226	(412)	1.814
Aluguel - arrendamento operacional	4.1.2	2.030	145	-	2.175	-	2.175
Total		3.599	145	657	4.401	(412)	3.989

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, é a seguinte:

	Contas a receber
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Provisões	(412)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(412)
Provisões	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(438)

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

O critério para reconhecimento para PECLD está descrito na nota explicativa nº 4.1.

6. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa apresentou o montante de R\$ 54.085 de adiantamento a fornecedores, principalmente relacionado a antecipação dos contratos de construção dos projetos de arrendamento dos clientes. Esses adiantamentos foram compensados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

7. Outros créditos

	31.12.2024	31.12.2023
Indenização de seguros	2.454	2.936
Despesas pagas antecipadamente	-	757
Almoxarifado	784	784
Equipamentos em garantia	3.476	-
Total	6.714	4.477

8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Empresa são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Empresa (nota explicativa nº 10).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Empresa avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Empresa estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	Nota	31.12.2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2024
<u>Imobilizado com contratos de arrendamento operacional</u>							
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Máquinas e equipamentos		9.189	-	-	-	61.171	70.360
		9.189	-	-	-	61.171	70.360
<u>Depreciação acumulada</u>							
Máquinas e equipamentos		(2.018)	-	(2.560)	-	-	(4.578)
		(2.018)	-	(2.560)	-	-	(4.578)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos		241.371	-	-	-	(78.879)	162.492
		241.371	-	-	-	(78.879)	162.492
Total do imobilizado com contratos de arrendamento operacional							
		248.542	-	(2.560)	-	(17.708)	228.274
<u>Imobilizado</u>							
8.1							
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos		74.649	10.006	-	(27.713)	17.708	74.650
		74.649	10.006	-	(27.713)	17.708	74.650
Total geral do imobilizado							
		323.191	10.006	(2.560)	(27.713)	-	302.924
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Imóveis		14.249	5.460	(433)	(6.369)	-	12.907
		14.249	5.460	(433)	(6.369)	-	12.907
Total							
		337.440	15.466	(2.993)	(34.082)	-	315.831

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

	Nota	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2023
<u>Imobilizado com contratos de arrendamento operacional</u>							
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Máquinas e equipamentos		8.258	-	-	-	931	9.189
		8.258	-	-	-	931	9.189
<u>Depreciação acumulada</u>							
Máquinas e equipamentos		(1.010)	-	(357)	-	(651)	(2.018)
		(1.010)	-	(357)	-	(651)	(2.018)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos		60.573	181.078	-	-	(280)	241.371
		60.573	181.078	-	-	(280)	241.371
Total do imobilizado com contratos de arrendamento operacional		67.821	181.078	(357)	-	-	248.542
<u>Imobilizado</u>							
8.1							
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos		44.690	36.730	-	(6.771)	-	74.649
		44.690	36.730	-	(6.771)	-	74.649
Total geral do imobilizado		112.511	217.808	(357)	(6.771)	-	323.191
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Imóveis		-	15.416	(1.167)	-	-	14.249
		-	15.416	(1.167)	-	-	14.249
Total		112.511	233.224	(1.524)	(6.771)	-	337.440

8.1 O saldo do imobilizado em curso refere-se a plantas de geração de energia em construção. Após a conclusão do projeto, poderá ser firmado contrato de arrendamento financeiro ou operacional. Caso ocorra a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente (contrato de arrendamento financeiro), ocorrerá a baixa do ativo imobilizado em curso. Na ocorrência de contrato operacional, a movimentação será por transferência para imobilizado em serviço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A taxa de depreciação que reflete a vida útil de máquinas e equipamentos é de 4,35% a.a.

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. O prazo médio remanescente para os imóveis, na data-base de 31 de dezembro de 2024, é de 25,42 anos.

9. Fornecedores

A Empresa utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços		70.205	187.526
Materiais e serviços - partes relacionadas	17	5.464	5.545
Total		75.669	193.071

10. Provisão de desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 15,06% (12,42% em 31 de dezembro de 2023), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Empresa.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

- A estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A *taxa de desconto* é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.625	1.217
Adição	-	291
Atualização financeira	99	117
Saldo final	1.724	1.625

11. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Empresa confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas à decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Empresa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

11.1 Contingência com risco provável e possível

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social é de R\$ 385.129 em 30 de junho de 2024 (R\$ 268.129 em 31 de dezembro de 2023), parcialmente integralizado, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de cotas	% de participação no capital	Quantidade de cotas	% de participação no capital
Enel X Brasil S.A.	385.128.916	99,9999997%	268.128.915	99,9999993%
Enel Brasil S.A.	1	0,0000003%	2	0,0000007%
Total	385.128.917	100,000000%	268.128.917	100,000000%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Em 29 de maio de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da Empresa, no montante de R\$ 60.000, com emissão de 60.000.000 de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas pela Enel X Brasil, com renúncia da Enel Brasil.

Em 11 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da Empresa, no montante de R\$ 57.000, com emissão de 57.000.000 de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscritas pela Enel X Brasil, com renúncia da Enel Brasil.

12.2 Reserva legal

O estatuto social da Empresa prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

12.3 Destinação do resultado

Os lucros apurados são distribuídos de forma proporcional ou não ao capital social, conforme determinado pelos sócios quotistas representando a maioria do capital social da Empresa ou levados para a conta de lucros retidos. Não haverá dividendo mínimo obrigatório, nem qualquer limite à retenção de lucros, devendo a conveniência e o momento da distribuição de lucros serem livremente determinados pelos sócios quotistas detentores de mais de 50% do capital social.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.470	(614)
Absorção dos prejuízos acumulados	-	614
(-) Reserva legal	(974)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado	18.496	-
Reserva para reforço de capital de giro	(18.496)	-
Total	-	-

13. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Empresa de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Empresa reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

	Nota	2024	2023
Receita de serviços	13.1	6.168	2.217
Receita de arrendamento financeiro	13.2	46.538	-
Receita de arrendamento operacional	13.3	4.505	2.564
Outras receitas		1.029	-
Receita operacional bruta		58.240	4.781
<u>Deduções da receita</u>			
ICMS		-	(22)
COFINS		(831)	(429)
PIS		(180)	(93)
ISS		(294)	(85)
Total deduções da receita		(1.305)	(629)
Total		56.935	4.152

13.1 Receita de serviços

As receitas com venda de serviços estão listadas a seguir: (i) locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica; e (ii) operação e manutenção desses ativos. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

13.2 Receita de arrendamento financeiro

As receitas com arrendamento são desempenhadas pela Empresa e são oriundas do aluguel de plantas de geração de energia fotovoltaicas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo, (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil das plantas solares e (iii) os riscos e benefícios das plantas são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais.

13.3 Receita de arrendamento operacional

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

Como o arrendamento operacional toma por base a cobrança de um preço fixo a ser pago pelo arrendatário pelo uso da planta solar e o contrato estabelece uma geração mínima anual, é verificada a diferença entre a energia gerada pela usina durante o período e o mínimo estipulado em contrato. Essa verificação pode ocasionar um ajuste no contas a receber com o cliente como parcela variável do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2024				
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Material	(152)	-	-	-	(152)
Custo de venda - ativos subjacentes - contratos de arrendamentos	(27.713)	-	-	-	(27.713)
Serviços	(3.178)	-	-	-	(3.178)
Aluguéis e arrendamentos	(1.295)	-	-	-	(1.295)
Seguros	(1.967)	-	-	-	(1.967)
Depreciação e amortização	(2.192)	(801)	-	-	(2.993)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(693)	-	(693)
Perda de recebíveis	-	-	(5.436)	-	(5.436)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(349)	-	(3.730)	(4.079)
Total	(36.497)	(1.150)	(6.129)	(3.730)	(47.506)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

2023

	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Custo de venda - ativos subjacentes - contratos de arrendamentos	(7.062)	-	-	-	(7.062)
Serviços	(3.660)	-	-	-	(3.660)
Aluguéis e arrendamentos	(508)	1.356	-	-	848
Seguros	(964)	-	-	-	(964)
Depreciação e amortização	-	(1.524)	-	-	(1.524)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(448)	-	(448)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(903)	-	3	(900)
Total	(12.194)	(1.071)	(448)	3	(13.710)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

15. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	314	49
Atualização do contas a receber de arrendamento	15.302	11.670
Outras receitas financeiras	-	19
	15.616	11.738
<u>Despesas financeiras</u>		
Atualização de impostos e multas	(164)	(67)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(145)	(71)
Atualização financeira desmantelamento	(99)	(117)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(2.287)	(977)
Outras despesas financeiras	(1)	(4)
	(2.696)	(1.236)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	-	10
	-	10
Total	12.920	10.512

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Empresa com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

	2024	2023
Receita de serviços	20.171	11.738
Base de cálculo presumida do imposto de renda (32%)	8.226	4.577
Renda de aplicações financeiras	314	-
Outras receitas financeiras	-	78
Total base de cálculo do imposto de renda	8.540	4.655
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.281)	(698)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(829)	(442)
Total do imposto de renda	(2.110)	(1.140)
Base de cálculo presumida da contribuição social (32%)	8.226	4.577
Renda de aplicações financeiras	314	-
Outras receitas financeiras	-	78
Total base de cálculo da contribuição social	8.540	4.655
Alíquota da contribuição social (9%)	(769)	(419)
Total de imposto de renda e contribuição social	(2.879)	(1.559)
Efeito de anos anteriores	-	(9)
Total	(2.879)	(1.568)

17. Transações com partes relacionadas

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

17.1 Controladora (Enel X Brasil)

		31.12.2024	31.12.2023
Natureza da operação	Vigência	Passivo	Passivo
Compartilhamento de despesas comuns	Março de 2025	(2.144)	(2.225)
Total		(2.144)	(2.225)

17.2 Empresas de controle comum

		31.12.2024	31.12.2023
Natureza da operação	Vigência	Passivo	Passivo
Acordo compensação financeira			
Enel Trading Brasil S.A.	Setembro de 2024	(3.320)	(3.320)
Total		(3.320)	(3.320)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Empresa em 2024 e 2023.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Empresa possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

18.1 Instrumentos financeiros

18.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	8.450	8.450	2.009	2.009
Recebíveis de arrendamento	Custo amortizado	2	184.525	184.525	146.147	146.147
Contas a receber	Custo amortizado	2	4.839	4.839	3.989	3.989
Total do ativo			197.814	197.814	152.145	152.145
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	75.669	75.669	193.071	193.071
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	14.084	14.084	15.034	15.034
Total do passivo			89.753	89.753	208.105	208.105

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 18.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da empresa são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

18.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;



- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

18.3 Gerenciamento de riscos

A Empresa segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Empresa , abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Empresa , observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Empresa que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Empresa busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Empresa é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Risk Control Brazil (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Empresa, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (ii) recebíveis de arrendamento; e (iii) outros recebíveis.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.450	2.009
Recebíveis de arrendamento	4	184.525	146.147
Contas a receber	5	4.839	3.989
Total		197.814	152.145

(b.2) Gerenciamento de capital

A Empresa controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Empresa também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Empresa encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Empresa não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total das obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a fornecedores de materiais e serviços.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Empresa conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Empresa adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

19. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	721.491	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

20. Eventos subsequentes

Em 26 de fevereiro de 2025, a controladora integralizou o montante de R\$ 28.602 referente ao aumento de capital aprovado em 11 de outubro de 2024 (nota explicativa nº 12.1), com isso, o saldo pendente a integralizar é de R\$ 28.398.